

RELATOS DOCENTES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL: PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E PERCEPÇÕES DE GÊNERO

Data de submissão: 19/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Osmar Arruda Garcia

Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo – FEUSP, na linha de pesquisa: Sociologia da Educação. Diretor de Escola na Escola Municipal Djiliah Camargo de Souza – Rio Claro/SP

RESUMO: Neste texto analiso alguns relatos sobre diversidade sexual e gênero de professores/as que participaram do curso “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE), em 2009. Discuto sobre a identidade e os processos de identificação, por vezes permeado por conflitos. Discuto sobre o conceito de gênero, estabelecendo diálogo com autoras como Scott (1995) e Butler (1999), e diversidade sexual com Foucault (1988) e Weeks (1999). Contextualizo o surgimento do GDE, desde a inserção de temas como a diversidade sexual e o gênero relacionado à educação, nas políticas públicas a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, até as iniciativas realizadas pelo governo Lula, e a expansão do seu oferecimento pelo sistema UAB. Estabeleço diálogo com os autores sobre os processos de identificação, utilizando

excertos retirados dos memoriais entregues pelos/as docentes como trabalho final do GDE. Reflito sobre o reconhecimento das singularidades e algumas percepções de gênero e diversidade sexual dos/as docentes sem abandonar o diálogo com as teorias de identidade. Foi possível perceber pelas análises que o reconhecimento do “outro” e de suas semelhanças e diferenças identitárias muitas vezes pode chocar, e que nem sempre é fácil lidar com essa questão, ainda mais quando se trata de reconhecer as identidades englobadas pela diversidade sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade Sexual, Gênero, Identidade, Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

Neste texto busco analisar alguns relatos docentes sobre diversidade sexual e gênero. Tais relatos são de professores/as que participaram do curso “Gênero e Diversidade na Escola” – GDE, no ano de 2009.

Vale salientar que os excertos são parte integrante do material empírico de análise da minha dissertação de mestrado intitulada provisoriamente de *Formação Docente em Gênero e Diversidade Sexual: apreensão de conceitos e superação de preconceitos*.

Procuro, ainda que brevemente, discutir sobre o conceito identidade, os processos de identificação e sobre como esse processo por vezes pode ser permeado por conflitos. Em seguida formulo uma discussão sobre o conceito de gênero, estabelecendo diálogo com autoras como Scott (1995) e Butler (1999), e sobre diversidade sexual com Foucault (1988) e Weeks (1999).

Na sequência contextualizo o surgimento do GDE, desde a inserção de temas como a diversidade sexual e o gênero relacionado à educação, nas políticas públicas a partir do governo Fernando Henrique Cardoso. Passando pelas iniciativas realizadas pelo governo Lula, até a expansão do oferecimento do curso pelo sistema da Universidade Aberta do Brasil - UAB.

Posteriormente dedico-me a tentativa de estabelecer diálogo com a formulação teórica sobre os processos de identificação coletiva. Ao mesmo tempo em que reflito sobre o reconhecimento das singularidades dos/as professores/as enquanto integrantes de um grupo de cursistas na formação do GDE.

E finalmente busco analisar algumas percepções de gênero e diversidade sexual dos/as docentes sem abandonar o diálogo com as teorias de identidade.

ONDE SE INSERE ESSA DISCUSSÃO? IDENTIDADE E GÊNERO?

A identidade e os processos de identificação vêm sendo objeto de muitas análises entre teóricos e pesquisadores, já há muito tempo. Esse interesse não é neutro e nele há sempre um conflito e uma tensão, nem sempre facilmente resolvidos. O campo de tensão entre aquilo que eu acredito ser e aquilo que o outro diz que sou parece gerar grande interesse por parte de pesquisadores/as. Mas, parece que na maior parte das vezes, quem nos diz quem somos são os outros. Dessa forma, proponho-me nesse tópico situar brevemente definições e discussões sobre o conceito, através de alguns autores.

Alberto Melluci (2004) diz que a identidade abrange diversos significados, além de ser possível identificar três elementos que nela estão presentes. O primeiro elemento é “a existência de um sujeito que se conserva no tempo, livre de influências ambientais”; já o segundo é “a noção de unidade, que estabelece limite entre um sujeito e outro”; finalmente o terceiro é “a relação entre dois elementos, que permite o seu reconhecimento como idênticos” (p. 44). Mas, o autor aponta que a construção de nossas identidades depende daquilo que nos dizem que somos, pois mesmo a possibilidade de nos distinguir-nos dos outros deve ser reconhecida por esses “outros”.

Danilo Martuccelli (2002) explica que a identidade permite, por um lado, em apenas um movimento a acentuação da singularidade de um indivíduo perante um grupo, assim como, por outro lado, confere a semelhança de um indivíduo ao outro, em uma dada cultura ou sociedade. Marco Aurélio Máximo Prado e Frederico Viana Machado (2008) compreendem que a identidade possui dois processos de atribuição de significados: um processo coletivo e outro individual. Para Prado e Machado (2008) uma identidade é uma ação que engaja e se articula em tramas e conjuntos de significados que são possíveis, dentro da sociedade onde se vive.

A identidade também estabelece “quais são os limites de um grupo em relação a seu ambiente natural e social” (Melluci, 2004, p. 47) e como se dá a pertença de um indivíduo a um determinado grupo. Portanto, a identidade é uma capacidade autônoma de produzir-se e reconhecer-se, essa situação parece paradoxal, já que se trata dessa forma do reconhecimento por dois olhares: o seu e o do outro. Identificar-se com um grupo e reconhecer-se se trata de perceber-se semelhante aos outros, mas afirmando a própria diferença enquanto indivíduo (MELLUCI, 2004). De fato a identidade é fundamentada unicamente em uma relação social que depende, então, de interação e reconhecimento recíproco entre o eu e o nós/outros. Portanto, ela possui uma “tensão irresolvida e irresolvível entre a definição que temos de nós mesmos e o reconhecimento dado pelos outros” (p. 48).

Prado e Machado (2008) observam que as articulações de uma identidade não estão dadas e são “construções de apreensão possível apenas no movimento em que se constituem, definindo processualmente as posições de sujeito em cada contexto particular, sem, contudo, se deslocar do discurso hegemônico” (p.18).

Quando falamos de identidade trata-se de usar verbos como inventar ou construir, assim como começar do zero, refazer-se, repensar-se, recolocar-se enquanto indivíduo no mundo - produzir-se. Trata-se talvez de escolher entre alternativas e então lutar por essa identidade e protegê-la, ainda que a condição de inconclusa dela possa ser suprimida e oculta (BAUMAN, 2005).

Dessa forma a discussão que se dará nas análises deste texto, irão dialogar com algumas das posições e definições expostas sobre a identidade e como esses processos de identificação são por vezes conflituosos. Pelo exposto anteriormente há que se ter claro que o reconhecimento de uma identidade é um processo complexo.

Parece necessário situar o leitor sobre o que viria ser e onde se situam os conceitos de diversidade sexual e gênero, que utilizo nas análises posteriores. Portanto, reflito e discuto a partir dos parágrafos a seguir sobre as definições de tais conceitos.

Joan Scott (1995) afirma que a história de homens e mulheres não pode ser entendida separadamente, já que a análise das informações sobre os homens implica necessariamente o estudo das informações sobre as mulheres. Para ela o conceito deve ser utilizado como uma categoria útil de análise histórica. Segundo a definição da autora gênero é “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75).

Scott (1995) salienta que alguns autores reconheceram que as mulheres tinham história, mas essa também era feita separadamente da história dos homens, o que de fato seria insuficiente. Por isso, alerta que usar gênero como uma categoria analítica poderia possibilitar que algumas respostas fossem encontradas. Diz Scott (1995) que não se podia deixar que a história dessas mulheres fosse contada sem conexão com a história passada e as práticas históricas presentes.

Scott (1995) esclarece, ainda, que existem duas abordagens utilizadas pelos historiadores sobre o gênero, sendo a primeira *essencialmente descritiva* com referência a existência dos fenômenos que possuem relação; já a segunda *causal* onde se teorizava sobre a natureza dos fenômenos e das realidades.

A autora salienta que a definição de gênero repousa sobre uma conexão integral entre duas posições, na primeira posição “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”; na segunda “o gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Durante algum tempo gênero foi utilizado por autores como sinônimo de mulheres, mas certamente isso seria insuficiente para explicar as relações de poder estabelecidas histórico, social e culturalmente com relação aos sexos. Dessa forma, então, as feministas contemporaneamente passaram a utilizar gênero, de maneira literal, como a “organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 72).

Pelo exposto é possível pensar que gênero pressupõe uma organização da relação social entre os sexos, ou seja, entre homens e mulheres. Também é possível perceber que gênero estabelece formas primárias onde se consegue significar e dar forma as relações de poder estabelecidas em nossa sociedade, e isso possibilita organizar, categorizar ou sugerir agrupamentos de pessoas, em posições mais ou menos privilegiadas nas redes de poder. Desse modo, também, a existência de novas categorias sexuais como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT poderia supor a existência de novas relações de gênero, ou seja, novas relações de poder, estabelecendo assim uma nova forma de dar significado às relações entre os sexos.

Estabelecer diferenças entre homens/homossexuais, mulheres/lésbicas e pressupõe a geração de novas relações de poder. Mas afinal quando essas categorias sexuais passaram a existir?

Tanto Michel Foucault (1988), quanto Jeffrey Weeks (1999), afirmam que a homossexualidade foi “inventada” no século XIX, em oposição à manifestação da sexualidade tida como “normal”, ou seja, a heterossexualidade. Desse modo a relação dada entre indivíduos do mesmo sexo foi e algumas vezes ainda é tratada como desvio sexual, maligna, como doença, aberração ou diferente, apesar de nem sempre e nem em todas as sociedades ter sido dessa forma.

Enquanto os homossexuais modernos muitas vezes ocupam uma posição marginal na sociedade e são normalmente considerados como efeminados, na Grécia, era a pederastia que propiciava acesso ao mundo da elite social; era apenas a relação pederasta que transformava o rapaz em um verdadeiro homem. Portanto, os gregos certamente conheciam o 'amor grego' e seu interesse em rapazes nunca foi meramente platônico, mas em nenhum sentido eles inventaram o homossexualismo. (BREMNER, 1991 *apud* PRADO; MACHADO, 2008, p. 36)

Com o advento do cristianismo, as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram denominadas de sodomia, e vistas como uma perversão, como pecado. Naquela época não havia ainda uma denominação para o sujeito que mantinha tal prática, mas sim uma nomeação da prática sexual em si. O sujeito que mantinha tal prática era chamado de sodomita, um adjetivo para o homem que praticava sexo com outro homem, e não algo que o nominava, o rotulava.

É no século XIX que se passa a não nomear as práticas sexuais e sim os sujeitos e desse modo a homossexualidade recebe uma denominação médico-moral enquanto manifestação da diversidade sexual, passando a heterossexualidade a existir como sua oposta e identificada como a “norma” (WEEKS, 1999).

Nesse contexto de nomeação dos sujeitos as relações entre os diferentes tipos de homens/mulheres, passam a gerar hierarquias entre os grupos. É histórico que as práticas sexuais diferentes daquelas estabelecidas entre um homem e uma mulher passaram por várias interdições, quer seja pela religião, pela medicina, pela justiça, etc. A diversidade pressupõe a diferença, como podemos observar em dois dos significados disponíveis para essa palavra no dicionário Michaelis UOL¹ que são: diferença e dessemelhança. Portanto, quando penso no termo diversidade sexual reflito sobre diferença e a dessemelhança que essas relações afetivo-sexuais têm em relação àquela chamada de “normal” (heterossexual).

Como exposto, anteriormente, há relações de poder que circulam na sociedade, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Dessa forma a população contemplada pela diversidade sexual sofreu e ainda sofre os efeitos desse histórico, uma vez que, o gênero deve ser entendido pela demarcação clara da separação social entre homens e mulheres no que se refere às relações de poder. Nesse sentido, apoio-me em um pressuposto de que:

[...] as teorias que advogam sobre o que *determina* a homossexualidade, ou qualquer outra tentativa de formular uma teoria normativa a respeito da mesma, estão, por princípio, ideologicamente orientadas na direção de uma 'normalização' da heterossexualidade e, conseqüentemente, de uma patologização de comportamentos sexuais que se afastam dessa lógica hegemônica que chamamos de heteronormatividade. (PRADO; MACHADO, 2008, p.33)

1. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=diversidade> . Acesso em: 19/07/2012.

Portanto gênero será entendido, nesse texto, por tudo o que expus acima sobre o seu caráter relacional. Já a diversidade sexual será entendida como o grupo de atores sociais cujas relações e práticas sexuais diferem das relações entre homens e mulheres, ou heterossexualidade. Ou seja, como aqueles comportamentos sexuais que se afastam da heteronormatividade, permitindo que sujeitos sejam colocados em posições mais ou menos privilegiadas no convívio social.

MAS, DO QUE ESTAMOS FALANDO? GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA?

Antes de iniciar as análises sinto a necessidade de situar o leitor sobre o material analisado, e de onde esse material foi retirado, expondo também quando as políticas públicas que buscam a inserção das temáticas como desigualdades sociais foram introduzidas no contexto do Brasil. A discussão começa nos anos de 1995, que é quando a inserção de gênero e diversidade sexual foi sendo retomada e se entrelaçando à área educacional, até a criação do GDE.

Discussões sobre as questões de gênero e diversidade sexual sofrem uma retomada efetiva durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Foi nesse período que se realizaram Conferências Internacionais, que tinham como objetivo a realização de um pacto educacional voltado à inserção da temática das desigualdades socioculturais. Assim, era necessário o cumprimento de metas direcionadas por agências multilaterais (UNESCO, CEPAL e Banco Mundial), tais como a elaboração de um novo currículo, desse modo, sob a coordenação do então Ministério da Educação e Cultura – MEC, iniciou-se a elaboração do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) voltados ao ensino fundamental, a partir de uma perspectiva de gênero e sexualidade (VIANNA, 2011).

Os destaques dessa iniciativa do governo brasileiro ficam por conta do ineditismo do tratamento do tema de gênero e sexualidade em relação à educação e a inclusão da sexualidade como tema transversal que atingiria as várias áreas do conhecimento que compõem o novo currículo. Porém, houve pontos negativos como restrição de temas como o da diversidade sexual e da discriminação sofrida por LGBT, e o seu caráter centralizador com foco na saúde, corpo e doença, onde a Orientação Sexual passa a ser entendida pela sua regulação e a mera transmissão da informação com relação à sexualidade. Além disso, a inserção foi realizada por imposição e sem a devida preparação dos docentes com relação ao tema da orientação sexual² no currículo (VIANNA, 2011).

2. A orientação sexual é entendida nos Temas Transversais dos PCN como a educação para a sexualidade, dada de modo sistematizado, e pelas instituições escolares. Porém, essa utilização conflita com a utilização do termo orientação sexual que tem como significado a orientação do desejo sexual do indivíduo (hétero, homo, bi, transexual, etc.).

Durante o governo Lula, com a percepção de falhas e faltas ligadas a temas como a diversidade sexual e gênero, os movimentos de mulheres e LGBT passam a reivindicar a inserção de políticas de formação de professores para lidar com tais questões, já que havia representantes desses segmentos nos ministérios. Dessa forma nos anos 2000 começam a ser realizados cursos, oferecidos por editais, onde as Organizações Não Governamentais (ONG) apresentavam projetos de formação na área de gênero e diversidade sexual, que eram realizados em parceria com o Governo Federal, para professores da educação básica.

A partir de 2003 a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM passa a formular importantes políticas na área educacional e surge também o Programa Brasil sem Homofobia, que teve importantes contribuições nesse cenário. Assim percebe-se que parte das políticas públicas que tem como foco a superação das desigualdades sociais, sobretudo ligadas ao preconceito contra LGBT, diretamente ligadas à educação, foi uma resposta do governo às pressões do movimento (VIANNA, 2011).

Em 2006, nasce o GDE, fruto da construção coletiva, realizada por meio de parcerias, coordenada pelo Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM, com certificação fornecida pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

O curso nasceu como projeto piloto em seis municípios (Porto Velho, Salvador, Maringá, Dourados, Niterói e Nova Iguaçu), de várias regiões do país o que possibilitava uma maior representação geográfica (GRÖZ, 2008). Foi lançado por iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - SPM e do Conselho Britânico em parceria com SECAD-MEC³, a Secretaria de Ensino a Distância - SEED, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e o CLAM, além das secretarias de educação, as coordenadorias da mulher e os movimentos sociais dos estados e dos municípios participantes, em convênio com as universidades públicas do país.

Em 2008, o GDE passou a ser oferecido por meio de um edital da SECAD-MEC para todas as instituições públicas de ensino superior do país, pelo sistema UAB, passando, então, “a integrar a Rede de Educação para a Diversidade no âmbito do Ministério da Educação – MEC que visa à implementação de um programa de oferta de cursos de formação para professores/as e profissionais da educação para a diversidade” (CLAM, 2009, p. 11).

A formação realizada no GDE tinha a proposta de contribuir para a construção de novas práticas relacionadas às temáticas de gênero e diversidade sexual, visando proporcionar a reflexão sobre esses temas nos espaços escolares e a criação de estratégias para a diminuição de preconceitos, violência e modos de exclusão.

Em 2009 a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP, campus de Rio Claro, foi contemplada com a parceria da UAB para o oferecimento da formação. Sob essa coordenação, ficaram os municípios-polos de Araras, Botucatu, Guaíra, Matão, Santa Isabel, São José do Rio Preto, Viradouro, Votuporanga e Jaú.

3. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, que a partir de 2011 passou a ser denominada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão SECADI e Ministério da Educação.

TRILHAS DE PESQUISA

Para as análises desse texto foi elencado o polo de Jaú, diante dos 09 polos vinculados à UNESP em convênio com a UAB.

A escrita dos/as professores/as analisada se refere à formação do GDE oferecida no ano de 2009, para aproximadamente 30 professores/as, de uma das turmas do polo. A duração do programa de formação foi de aproximadamente quatro meses, com carga horária de duzentas horas. Os módulos eram ministrados por docentes doutores ligados a universidades públicas do país e com grande conhecimento de pesquisas nas áreas de cada módulo.

Uma das propostas do GDE, realizado, foi a elaboração de um memorial das atividades e reflexões ocorridas durante o curso. No memorial, o/a professor/a deveria elaborar uma narrativa de sua própria experiência baseada nos seus escritos durante o curso. Os/as professores/as eram convidados a fazer uma narrativa livre, espontânea, de cunho pessoal, de no máximo 3 páginas, como uma das atividades finais.

As análises se constituíram dentro de uma abordagem qualitativa. Para tal foram selecionados trechos dos memoriais dos/as professores/as.

PERCEPÇÕES SOBRE O OUTRO, O GÊNERO E A DIVERSIDADE SEXUAL: UM RECONHECIMENTO NEM SEMPRE “ROMÂNTICO”

Reconhecer o outro e suas características, nem sempre é algo que acontece de forma singela, muitas vezes é através do choque que esse reconhecimento surge. Quando se fala de gênero e diversidade sexual, muitas dúvidas e incertezas se colocam. Dessa forma utilizo alguns excertos dos memoriais docentes, para refletir sobre esse reconhecimento, esses processos de identificação e de estranhamento, sobre o choque.

O fragmento a seguir possibilita dialogar sobre o reconhecimento de si e do outro, já que a professora ajuda a refletir sobre o que é comum a ambos. Talvez, o que os une em um coletivo seja o fato de serem professores e participar de um mesmo curso, isso parece estabelecer o reconhecimento das diferentes identidades (*personalidades*), assim como seus princípios e valores.

Este curso foi muito importante para mim, enquanto pessoa e enquanto educadora. Lembro-me de uma aula de Filosofia da Educação em que a professora questionava o que é um “sujeito coletivo”. Creio que o mais importante no curso foi nos fazer sentir “sujeitos coletivos”, ou seja, apesar de termos nossa personalidade, princípios e valores pessoais estamos inseridos numa sociedade, que tem pessoas com personalidades diferentes, princípios e valores diferentes dos nossos e, desde que não esteja causando um mal a outros, devem ser respeitados. (Professora Edilaine⁴)

4. Os nomes dos professores são fictícios a fim de preservar suas verdadeiras identidades. Também foram realizadas correções ortográficas nos excertos retirados dos memoriais dos professores.

Edilaine parece expressar nesse excerto a possibilidade do reconhecimento de si nos outros que formavam o grupo de professores que cursavam juntos o GDE. Um reconhecimento das características individuais que se expressavam no grupo ou uma identificação que lhe dá um sentido de pertença social devido a sua semelhança com os outros, sem deixar de lado a reflexão sobre sua diferença e a dessemelhança com relação a eles (MARTUCCELLI, 2002).

Sobre o reconhecimento da diferença no cruzamento com as próprias características individuais, o excerto a seguir pode ajudar a reflexão, revelando o conflito que esse tipo de situação pode causar.

Esse reconhecimento não foi algo fácil nem romântico; nem sempre o diferente nos encanta, muitas vezes eles nos assustam nos desafiam, nos fazem olhar para a nossa própria história, nos levam a passar em revista as nossas ações políticas e individuais e os nossos valores. Reconhecer as diferenças implica romper com os preconceitos, superar as velhas opiniões formadas sem reflexão, sem o menor contato com a realidade do outro. (Professora Helena)

Pode, realmente, não ser *algo fácil e nem romântico* o reconhecimento do diferente, já que como anteriormente exposto há essa tensão irresolúvel em nossa identidade dada nessa interação social com o outro, nesse processo de auto e hetero-identificação. Melluci (2004) salienta que o conflito rompe a reciprocidade da interação, é um choque, segundo ele as identidades negadas pelos opositores entram em conflito na busca de reafirmação, pois cada um nega reconhecer ao outro aquilo que é comum aos dois.

Dessa forma os dois fragmentos aqui citados possibilitaram pensar sobre como se deu o reconhecimento da diversidade em um grupo e o fato comum de serem professores de uma rede de ensino de uma cidade do interior paulista que juntos estavam realizando uma ação coletiva de formação docente nas temáticas de gênero e diversidade na escola. Fator esse que pode contribuir para o reconhecimento de outras diferenças como a diversidade sexual e o gênero, que aparecem nas análises a seguir.

Algumas percepções sobre o gênero como construto social, histórico e cultural do sexo anatômico e baseado em relações de poder começaram a despertar pensamentos nos/as professores/as a partir das discussões e leituras realizadas durante o módulo 2, denominado Gênero. O fragmento a seguir possibilita algumas reflexões.

No módulo 2 pude perceber o quanto a sociedade afeta as decisões de escolha das pessoas, adolescentes rebeldes fora dos padrões ditos normais para a sociedade sendo uma questão social e não biológica, isso eu não tinha parado para pensar, pois agora pensando já peguei muitas pessoas próximas a mim falando que homossexuais seria causado pela genética[...].(Professora Flora)

Alberto Melluci (1997) ajuda a pensar sobre a escolha exposta pela professora. Ele reflete que em um sistema complexo, como nossa sociedade, são distribuídos recursos para que os atores sociais sejam capazes de decidir e construir autonomamente o sentido

de suas ações. Ao mesmo tempo em que essa construção ocorre, também é produzida e exercida uma forma de controle que atinge a formação do sentido de agir, ou seja, apesar de fazermos nossas “escolhas”, há mecanismos que interferem em nossas ações, mesmo as de decidir. Desse modo pode se pensar que tal ato não é necessariamente tão autônomo assim, e que a construção de nossa identidade também não é autônoma.

Judith Butler (1999) possibilita dialogar com Melluci (1997) e o fragmento supra-exposto, pois para a autora a concepção de gênero como construto social simplesmente imposto sobre a matéria não corrobora para pensarmos sua normatividade e a sua regulação, tampouco, a produção da materialidade desse corpo. Para ela, o sexo não é aquilo que alguém simplesmente tem ou é, mas, no entanto é aquilo que torna viável a existência desse alguém ou desse corpo, o que qualifica tal corpo para que se torne vida, ou torne-se importante. Diz Butler:

O “sexo” é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. (1999, p. 152)

A professora Flora diz que não havia *parado para pensar* sobre a construção social do gênero, a circunscrição social das marcas nos corpos. Tal construção é delineada pelas formas anatômicas do sexo biológico do indivíduo. Assim, ela ainda diz que, muitas vezes, ouviu outras pessoas articularem que a homossexualidade teria uma causa genética, biológica e ligada ao corpo, um ranço que a socialização de gênero tem mantido vivo no senso comum.

Todas as vezes que remetemos o pensamento ao *sexo*⁵ em nossa sociedade nos deparamos com esse tipo de pensamento, e sobre isso Maria Cristina Cavaleiro (2009) observa:

Em nossa sociedade, as diferenças entre homens e mulheres são comumente remetidas ao sexo, às características físicas, tidas como naturais e imutáveis e concebidas a partir de concepções apoiadas na biologia. Esse modo de compreensão da realidade é reforçado tanto pelas explicações encontradas nas ciências biológicas e na medicina como pela família e pela escola.(p. 27)

Aquilo que a professora expressa encontra nas ideias de Cavaleiro (2009) uma explicação sobre o porquê ela diz ter ouvido, muitas vezes, que a homossexualidade seria causada pela genética. Muito provavelmente durante a sua socialização, desde o nascimento até os dias atuais, a mesma deve ter se deparado com essas concepções quer seja pelas ciências ou pela família e até mesmo em sua fase escolar.

Assim pressuponho segundo o que expõe Melluci (1997) que apesar de a homossexualidade parecer uma “escolha” autônoma do indivíduo, que tal “escolha” não é tão autônoma assim, e ao afirmar isso dialoga com Foucault (1988) e Weeks (1999) no sentido de que a norma precisa de seu oposto para existir enquanto normatização, o que possibilita pensar que, então, a sociedade de certa forma precisa produzir aqueles que desviam da normatividade para que haja a regulação.

5. Sexo é aqui entendido pelo seu caráter anatômico.

A identidade homossexual longe de ser genética, como expressa ter ouvido a professora é também uma construção social, já que “a medida que reconhecemos a identidade como produto social, também são criadas as condições para uma individualização dos processos de atribuição e reconhecimento” (MELLUCI, 2004, p. 47).

Ainda sobre o conceito de gênero exposto no curso outra professora escreveu:

Realmente eu não havia parado para pensar o quanto a definição de gênero é uma questão social. E, com certeza isso muda de acordo com a sociedade ou o país. [...]. Ou seja, há lugares ou situações em que o gênero é definido de uma forma inquestionável, dando origem à formação de uma visão do que é “normal” ou “aceito” e o que foge à regra. Daí surgem os preconceitos e intolerâncias. (Professora Edilaine)

Para Cláudia Vianna (1999) há uma polarização contida nos significados de ser masculino e feminino que tem maior visibilidade em nossa sociedade. A autora expõe que na sociedade convive-se com diferentes modos de agir nos modelos masculino (macho) e feminino (fêmea), tanto individual quanto coletivamente e salienta que as condições masculinas e femininas são frutos de constante construção histórica dos significados de ser homem e ser mulher.

O exposto no parágrafo anterior me ajuda a reflexão sobre o excerto retirado do memorial da professora Edilaine. A docente afirma que os significados atribuídos ao gênero mudam de acordo com a sociedade ou o país, onde cada um tem uma história e uma cultura diferentes, desse modo creio que o pensamento da professora caminha por uma interessante trilha. Vianna (1999) possibilitou a reflexão acerca da constante construção histórica do que significa ser homem ou ser mulher; já Butler (1999) entende ainda que essa materialização dos corpos não possui uma fixidez, portanto pode mudar no transcorrer desses percursos históricos e sua constante transformação e reformulação, e todas essas afirmações de Vianna (1995), Butler (1999) e Edilaine parecem confluir possibilitando pensar sobre o excerto seguinte:

Na classe (terceiro ano) que trabalho foi matriculado um menino de Alagoas. O seu jeito de falar e seus gestos são diferentes dos demais. Isso provocou comentários: “ele é gay”. Precisei explicar que dependendo do lugar os costumes são diferentes. Com uma conversa resolvi a situação. (Professora Samira)

Para Melluci:

A identidade adulta é, portanto, a capacidade de produzir novas identidades, integrando passado e presente, além dos múltiplos elementos do presente, na unidade e na continuidade de uma história individual. A aprendizagem não termina com o fim da idade evolutiva, e as diversas vivências da vida nos levam a sempre questionar e reformular nossa identidade. (2004, p. 46)

Assim o autor ajuda a reflexão sobre a identidade enquanto construto social, nunca acabada, dada e totalmente determinada, mas fruto de um processo de múltiplas reformulações através das experiências vividas durante o passado e o presente do indivíduo. Essa identidade vai depender dos costumes e da cultura os quais estará inserido o indivíduo, que mudam e se transformam também através da história, dessa forma muda também o indivíduo que muda a sociedade que por sua vez o muda e transforma novamente e assim continuamente em um processo cíclico.

ENCERRANDO E CONVIDANDO

Tentei neste trabalho refletir a partir de dois caminhos, primeiro o reconhecimento de si e do outro enquanto grupo de formação de professores sobre a temática de gênero e diversidade sexual na escola. Esse reconhecimento do outro e de suas semelhanças e diferenças identitárias muitas vezes pode chocar, o que de acordo com os autores utilizados nas análises é algo que acontece normalmente, o choque. Por fim, tentei refletir sobre o reconhecimento do outro, integrante da diversidade sexual, não como alguém com desvio genético e “anormal”, mas como alguém que construiu essa sua identidade através de seu contato social, nas múltiplas relações que esse estabelece.

Trata-se nesse texto de apenas ensaiar possíveis análises que poderão contribuir para pensar caminhos para o trabalho realizado em minha dissertação. Muitas questões parecem ainda ficar sem resposta e necessitar de mais reflexões. Outras parecem se formular.

Gostaria apenas de encerrar esse texto com um excerto retirado de um memorial de uma docente, que me provoca um pensamento e espero convide o leitor a refletir também:

*Promover a reflexão, o encontro e o respeito pela diversidade, a consciência de que podemos conviver, apesar de nossas diferenças é papel do professor.
(Professora Gilda)*

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Identidade entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 151-172.
- CAVALEIRO, M. C. *Feminilidades homossexuais no ambiente escolar: ocultamentos e discriminações vividas por garotas*. Tese (Doutorado) – FEUSP, São Paulo, 2011.
- CATONNÉ, J.-P. *A sexualidade, ontem e hoje*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FOUCAULT, M. **A** *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 152 p.

MARTUCCELLI, D. *Grammaires de l'individu*. Mesnil-sur-l'Estrée, France, Éditions Gallimard, 2002. P. 343-386.

MELUCCI, A. *O jogo do eu*. Porto Alegre: Unisinos, 2004.

MELUCCI, A. Sociedade complexa, identidade e ação coletiva – entrevista a Dalila Pedrini e Adrian Scribano. In: *Cadernos do Núcleo de Pesquisas sobre Movimentos Sociais – movimentos sociais na contemporaneidade*. São Paulo: PUC-Serviço Social, n.2, abr. 1997, PP. 11-63.

PRADO, M. M.; MACHADO, F. V. *Preconceitos contra Homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Estudos Feministas*, p. 71-99, 1995.

VIANNA, C. *O nós dos nós: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo*. São Paulo: Xamã, 1999.

WEEKS, J. O corpo e a Sexualidade. In: LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 35-82.